



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 3, jul./dez. 2017

ISSN. 2317-0352

ENTRE COOPERAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONFRONTO: o caso do movimento negro brasileiro

Sara Talice Santos Bastos¹

Resumo

Contrapondo-se às teorias clássicas dos movimentos sociais, que partem do pressuposto da externalidade do movimento frente às esferas institucionais, essa pesquisa buscou apreender sobre a relação entre política extrainstitucional e a sua contraparte institucional. Focando a análise na interpenetração entre movimento/partido/Estado durante a história do movimento negro brasileiro. Intuímos observar a relação que o movimento em questão buscou ter com essas esferas institucionalizadas. Para tanto utilizamos o método de revisão bibliográfica. Os dados mostraram que o movimento em questão manteve desde o seu início uma relação estreita com a política institucionalizada, através da atuação partidária. Entretanto, a partir dos anos 1980, com a redemocratização brasileira e com o início de um novo modelo de ação democrático, o modelo participativo, a ação dos movimentos por dentro da esfera política institucional se consolidou.

Palavras-chave: Movimento Negro; Institucionalização; Confronto.

BETWEEN COOPERATION, INSTITUTIONALIZATION AND CONFRONTATION: the case of the brazilian black movement

Abstract

Despite the classical theories of social movements, which start from the assumption of the externality of the movement from the institutional spheres, this research sought to understand the relationship between both extra-institutional and intra-institutional politics. Focusing the analysis on the interpenetration between movement/party/State during the history of Brazilian black movement, this work aimed to observe the relation between the movement in question and these institutionalized spheres. The bibliographic review method showed that the black movement has maintained a close relationship with institutionalized politics through party action. However, from the 1980s, due to the Brazilian redemocratization and the beginning of a new democratic pattern, the participatory model, the action of the movements within the institutional political sphere was consolidated.

Keywords: Black Movement; institutionalization; confrontation.

¹ Mestra e Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: sarabastos@gmail.com.

Introdução

Em 1978, na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) iniciou uma nova onda de protesto negro no Brasil. Inspirados em movimentos como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e a independência de países africanos, negras e negros de várias partes do Brasil uniram-se ao movimento fundado em São Paulo, e, em plena ditadura, recomeçaram a luta racial no país (PEREIRA, 2008).

O momento vivido por esses ativistas era de uma ‘lenta e gradual’ reabertura política². Tal conjuntura permitiu o surgimento de movimentos, associações e até partidos políticos, tornando, assim, o fim dos anos 1970 e os anos 1980 propícios para a criação e ampliação dos movimentos sociais. Durante esses anos, a luta contra a ditadura impulsionou os movimentos sociais a, articulando-se, tomarem as ruas e lutarem pela democracia, lutando ‘pelo direito a ter direitos’ (SADER, 1995).

Já na década de 1990, com o fim da ditadura, novas demandas de participação social surgiram, os movimentos pediam a construção de espaços institucionais de participação. Abriram-se formas de participação institucionais que possibilitaram aos movimentos um lugar de discussão de propostas para o Estado (GOHN, 2004).

Apesar de o espaço dado aos movimentos não ser de centralidade nos espaços de decisão governamental - ao contrário, esses espaços eram, na sua maioria, secundarizados e sem grande poder de voto - as políticas participativas possibilitaram uma nova estratégia de ação aos movimentos sociais: de colaboração com o Estado (GOHN, 2004).

Assim, a década de 1990 foi de ampliação da organização de movimentos sociais de diversas ordens, dentre elas o surgimento de inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs), que, entre outras coisas, vieram suprir a demanda por instituições que ‘falassem pela população’ nesses espaços de participação institucional, apesar da participação ser mais representativa do que de fato deliberativa.

A pesquisa aqui apresentada visa lançar luz sobre esse aspecto pouco analisado nos estudos sobre movimentos sociais brasileiros, que é a relação entre as esferas institucionais e não

² A reabertura política lenta e gradual foi o modelo de transição proposto pelos militares que se iniciará em meados do governo Geisel (1974-1979). Com esse tipo de transição os militares tinham o propósito de manutenção do controle político com vistas a garantir que as mudanças do próximo regime estivessem de acordo com a perspectiva ideológica do regime ditatorial, evitando, desse modo, mudanças bruscas tanto no âmbito político, econômico e social (DINIZ, 2016).

institucionais. Observando, na história do movimento negro brasileiro, a relação entre essas duas esferas. Os dados aqui apresentados são fruto de revisão bibliográfica e dos dados da pesquisa “*História do Movimento Negro no Brasil: constituição de acervo de entrevista de história oral*”, produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Essa pesquisa contém entrevistas de 38 ativistas historicamente relevantes para o Movimento Negro. A partir dela foi produzido o livro *História do Movimento Negro no Brasil: constituição de acervo de entrevista de história oral* (ALBERTI; PEREIRA, 2007) que foi utilizado nessa revisão.

Esse artigo está dividido em três partes além dessa introdução: a formação do movimento negro no Brasil, o movimento negro e os partidos políticos e o movimento negro e o Estado.

A formação do movimento negro brasileiro

A ‘primeira fase’ do Movimento Negro (1889-1937)

Após a Proclamação da República iniciou-se um novo projeto político de país. Com o fim da escravidão, o projeto iniciado era de ‘modernização’ da sociedade brasileira. O meio empreendido para esse fim: a imigração europeia.

A imigração foi a solução proposta pelo governo para dar fim ao atraso social e tecnológico do país, solucionando, assim, dois problemas: suprir o déficit de mão de obra agrária e iniciar um processo de branqueamento da população brasileira que havia se ‘contaminado’ com o sangue africano.

[...] a solução imigracionista aparecia não apenas como resposta ao problema imediato da escassez de mão-de-obra na agricultura, mas também como parte de um projeto de modernização a mais longo prazo, em que o branqueamento da população nacional era altamente desejado. (HASENBALG, 1979, p.154).

O projeto de imigração europeia ocasionou a vinda de mais de três milhões de imigrantes para o Brasil. Esses imigrantes ocuparam massivamente os postos de trabalho no país, alojando-se, majoritariamente, nas regiões mais produtivas, sul e sudeste, nas grandes fazendas de café ou em setores em desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2008), postos anteriormente ocupados pelos negros durante a escravidão. Os negros, que, enquanto escravos, moviam a máquina econômica do país, foram cuidadosamente excluídos do processo produtivo, relegados ao esquecimento e ao abandono social. “Para o negro, sobraram os mais desqualificados trabalhos, os empregos ENTRE COOPERAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONFRONTO: o caso do movimento negro 63 brasileiro | Sara Talice Santos Bastos

domésticos (a mulher foi fundamental na reestruturação da família negra), a dependência social e a marginalidade” (PEREIRA, 2008, p.30).

Nesse contexto surgem as primeiras mobilizações, no período republicano, negras no país. Foram criados dezenas de grupos (grêmios, associações, clubes) para homens e mulheres *de cor* (Domingues, 2007). Club 13 de Maio dos Homens Pretos, Centro Literário dos Homens de Cor, A Sociedade Propugnadora 13 de Maio, o Centro Cultural Henrique Dias, são exemplos desse fenômeno. Os clubes e associações, além de possibilitar um espaço de pertencimento, ainda tinham uma proposta de qualificar os seus membros, tornando-os portuários, ferroviários e ensacadores (DOMINGUES, 2007).

Além dos clubes, multiplicavam-se os periódicos da chamada Imprensa Negra. ‘O Alfinete’, ‘A redenção’, ‘A Sentinela’, ‘A Liberdade’, ‘O Menelick’, ‘O Kosmos’, podem ser citados como exemplo. Mas o mais famoso jornal dessa época foi o *Clarim da Alvorada*. Este, diferente dos outros jornais, possuía uma vertente mais política, reivindicatória, fazendo uma discussão sobre as relações raciais e as discriminações sofridas pelo povo negro (Pereira, 2008).

A partir das primeiras décadas do século XX, a chamada Imprensa Negra foi a principal forma de denúncia das discriminações sofridas pelo povo negro no cotidiano, tornando a imprensa uma forma de mobilização reivindicatória.

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. (DOMINGUES, 2007, p.105)

No ano de 1931 surge, em São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB). A FNB foi a primeira organização de mobilização negra do Brasil. Inspirada nos ideais de ordem e de disciplina, tornou-se rapidamente um símbolo da ‘civildade’ negra, galgando a simpatia de inúmeros negros e também de setores da elite e do governo.

A FNB galvanizou de tal maneira a população negra paulistana e de inúmeros municípios do interior, que se transformou numa preocupação das autoridades constituídas. Aos poucos, no entanto, sua pregação de civildade, de austeridade e de disciplina, como elementos essenciais para o progresso do homem e mulher de cor, granjeou a simpatia de inúmeras personalidades e autoridades paulistas, ao ponto de torná-la uma espécie de representação da coletividade negra perante governos e outras instituições (PEREIRA, 2008, p.33).

A FNB conseguiu se tornar uma organização de ‘massa’ com a participação de muitos homens e mulheres negros. A entidade, em seu auge, chegou a possuir escola, time de futebol, teatro, departamento jurídico, atendimento médico e odontológico, curso de formação política e até jornal (*A voz da Raça*) (DOMINGUES, 2007).

Figura 1 - Encontro da Frente Negra Brasileira em 1932.



Fonte: Site de Abdias do Nascimento.³

Inspirada nos movimentos fascistas na Europa, a FNB obteve um caráter autoritário, tendo como lema ‘Deus, Pátria, Raça e Família’. Apesar disso, a frente chegou a possuir uma considerável influência. A FNB obteve a simpatia do então Presidente Getúlio Vargas, com quem se reuniu, tendo algumas das suas reivindicações atendidas, como, por exemplo, o fim da proibição do ingresso de negros na guarda civil em São Paulo.

A Frente Negra, em 1935, tornou-se um partido político. Entretanto, com a instauração do Estado Novo, a FNB, como todas as outras organizações políticas, foi extinta e o Movimento Negro iniciado foi desmantelado.

³ [http: www.blackpast.org/files/blackpast_images/Brasileira_Frente_Negra.jpg](http://www.blackpast.org/files/blackpast_images/Brasileira_Frente_Negra.jpg). Acesso em: 16 de janeiro de 2018.

A 'segunda fase' do Movimento Negro (1945-1964)

Após o período da ditadura Vargasista, o Movimento Negro brasileiro iniciou um novo período de mobilização. Essa nova fase, porém, não possuía toda a capacidade de mobilização de massas como a anterior. Entretanto, possibilitou a retomada da luta contra a discriminação racial.

No ano de 1945, o país pregava fervorosamente o mito da democracia racial. Esse mito, sustentado também pela literatura de Gilberto Freire - *Casa Grande e Senzala* (1933), ao mesmo tempo em que concede ao negro o título de produtor cultural, legitima o mito de uma igualdade racial e uma convivência harmônica entre negros e brancos, ignorando todo o racismo velado existente no país. (PEREIRA, 2008).

Nesse contexto, surge em 1943, na cidade de Porto Alegre a União de Homens de Cor (UHC), uma instituição que tinha por objetivo “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007, p.108). A UHC possuía uma ampla gama de ações, incluindo promoções de debates com a imprensa, publicação de jornais próprios, assistência médica e jurídica, além de aulas de alfabetização para a população negra (DOMINGUES, 2007).

A União conseguiu, no início da década de 1950, reunir-se com o Presidente Getúlio Vargas, levando consigo uma série de reivindicações para a população de negra. A UHC, como a maioria das organizações de mobilização sociais brasileiras, teve seu fim em 1964, com o início da ditadura civil-militar no Brasil.

Surge também, no Rio de Janeiro, em 1944, sob a liderança de Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Essa organização tinha como objetivo original constituir um teatro somente com atores negros. Entretanto, esse objetivo foi sendo ampliado cada vez mais; o TEN chegou a possuir um jornal (Quilombo), passou a oferecer cursos de alfabetização e de corte e costura, fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro, entre outras coisas (DOMINGUES, 2007).

Figura 2 - Aula de alfabetização para negros matriculados no Teatro Experimental do Negro



Fonte: Site de Abdias do Nascimento⁴.

O TEN, diferentemente da Frente Negra, não era um movimento de massa, mas sim de vanguarda. Era constituído de uma incipiente elite cultural e intelectual composta por negros que, vencendo o racismo, romperam a barreira econômica e, elevando-se intelectualmente, pregavam outras leituras sobre as relações raciais no Brasil que vinham contrapor à teoria de democracia racial, muito vigente na época (LEITÃO, 2012).

O objetivo do TEN era defender os direitos dos negros como direitos humanos, e propor uma legislação antidiscriminatória (DOMINGUES, 2007). Apesar das diferenças entre a Frente Negra e o TEN, os dois movimentos visualizaram a oportunidade de alcançar os seus objetivos por meio de disputas por cargos eleitorais. A Frente Negra tornou-se um partido; já TEN defendeu a candidatura de lideranças negras, como, no caso, o próprio Abdias do Nascimento, seu fundador. Apesar de Abdias não ter sido eleito, esse fato demonstra que havia uma tentativa dessas organizações de inserção na esfera política institucionalizada.

O TEN organiza, em 1945, a Convenção Nacional do Negro (CNN). Essa convenção produz um documento transformado em projeto que os militantes desejavam que integrasse a nova constituição, reivindicando a criminalização da discriminação racial (LEITÃO 2012). O

⁴ Disponível em: www.abdias.com.br/teatro_experimental/foto11.jpg. Acesso em 17 de janeiro de 2018.

projeto não foi aprovado e criminalização do racismo não entra na constituição daquele ano. A criminalização do racismo só foi transformada em lei em 1951, com a Lei Afonso Arinos⁵.

Com o início do regime militar, o TEN também vem a enfraquecer-se, finalizando as suas atividades em 1968⁶. Com isso dá-se o fim da segunda fase de mobilização negra no país.

A ‘terceira fase’ do movimento negro (a partir de 1978)

Com o início da ditadura civil-militar no Brasil, as organizações políticas de mobilização social foram fechadas e seus militantes perseguidos⁷. Os militares aderiram ao discurso de democracia racial, transformado em discurso oficial do governo. As lutas raciais, assim, foram consideradas contravenções, e as entidades políticas negras consideradas perturbadoras da ordem pública, criando um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil.

Na década de 1970, porém, houve o início da volta de organizações raciais como, por exemplo, o Centro de Cultura Negra em 1972 (São Paulo) e o Grupo Palmares em 1971 (Porto Alegre). Houve, ainda, a volta da imprensa negra, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), *Biluga* (1974), *Nagô* (1975), entre outros. Também nos anos 1970 surgiu o movimento *Soul* no Rio de Janeiro (Domingues, 2007). Entretanto, foi somente em 1978, com o ato, consciente e articulado, de abertura do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), em São Paulo, que se reinicia no Brasil uma mobilização negra política, voltada para a denúncia sistemática do racismo.

O MUCDR tem o seu ato de abertura nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em julho de 1978. O movimento, que logo após teve o nome simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU), nasce com o intuito de reiniciar a luta racial no país.

⁵Lei Afonso Arinos: Lei de julho de 1951 de autoria do deputado Afonso Arinos de Mello Franco. Essa lei dispunha sobre crimes de racismo, tornando contravenção práticas de preconceito racial.

⁶Esse enfraquecimento e posterior término do TEN fora motivado principalmente pela perseguição política pelo Regime Militar dirigida as suas lideranças – Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos.

⁷Para aprofundamento sobre a perseguição aos militantes negros pela Ditadura Militar, ler o *Relatório – Perseguição à População Negra e ao Movimento Negro* da Comissão da Verdade, disponível em: http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiçao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf.

Figura 3 - Ato de abertura do MUCDR em 1978.



Fonte: Leitão (2012)

Houve, durante esse período, uma grande aproximação entre os militantes negros, que já problematizavam as relações raciais no Brasil, e a linha política de esquerda. A organização marxista de orientação trotskista Convergência Socialista foi uma das maiores influências na formação política e ideológica de muitos dos militantes que dariam início ao MNU em 1978⁸ (DOMINGUES, 2007).

Há então, desde o início da retomada do Movimento Negro, uma aproximação entre Movimento Negro e esquerda brasileira que interligava as desigualdades raciais e as de classe. Leitão (2012) observa que em 1970 muitas das lideranças raciais atuavam em organizações de esquerda, como os movimentos estudantis em Universidades, sindicatos, igreja, e o próprio MDB⁹. Isso fica evidente no quadro que apresentaremos a seguir, organizado pelo autor.

⁸ Alguns desses militantes atuaram também na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 (além de se fazer presentes no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), incorporado posteriormente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁹ MDB: Movimento Democrático Brasileiro. Partido de oposição à ditadura durante o regime militar.

Quadro 1 - Atuação de lideranças do movimento negro em organizações de esquerda (anos 1970)

Militante	Organização
Edna Roland	Organização de Combate Marxista – Leninista – Política Operária
Flavio Jorge Rodrigues da Silva	Liga Operário, DCE da PUCSP
Gilberto Leal	Movimento Democrático Brasileiro
Ivair Alves dos Santos	Movimento Democrático Brasileiro
João Francisco dos Santos	Ação Católica, Juventude Operária Católica
Justo Evangelista Conceição	Animação dos Cristãos no Meio Rural, Comissão Pastoral da Terra, Comunidades Eclesiais de Base.
Milton Barbosa	Liga Operária
Yedo Ferreira	Partido Comunista Brasileiro
Zélia Amador	União dos Estudantes Secundaristas Paraenses, Ação Popular

Fonte: Leitão (2012).

A sistematização de Leitão (2012) mostra que uma importante parte da liderança do Movimento Negro brasileiro nascente no final dos anos 1970 já militava anteriormente em organizações de cunho socialista, as quais, posteriormente, nos anos 1980, serão a base para a construção de partidos de esquerda. Esse fato é interessante quando paramos para analisar a tão grande intersecção que vemos entre Movimento Negro e partidos de esquerda.

A terceira fase do Movimento Negro trouxe muitas mudanças, sobretudo uma mudança de referência: o movimento ‘africanizou-se’. Rompendo com a ideia de ‘assimilação’ presente nas fases anteriores do Movimento Negro, nessa fase o movimento tornou-se de fato antirracista, tendo como premissa de mobilização a denúncia sistemática do racismo. O movimento iniciado em 1970 tinha como base de luta a identidade étnica do negro. Houve uma busca pelo que é genuinamente negro, os padrões de beleza, a culinária africana. Enquanto que as fases anteriores do Movimento Negro se apresentavam como cristãs, essa nova fase assume as religiões de matriz africana. O termo homem e mulher *de cor* foi completamente abandonado, passando a ser utilizado o termo ‘negro’, assumindo tanto o termo negro, como todos os outros aspectos da negritude (cabelo, vestimenta, religião, musicalidade) como símbolos de orgulho, não mais de vergonha ou constrangimento. A identidade negra transformou-se em símbolo de militância.

É interessante ressaltar que durante as três fases do movimento houve uma tentativa de institucionalização da causa negra. O meio utilizado: os partidos. Apesar do processo de institucionalização não ter sido alcançado nas duas primeiras fases do movimento, a relação entre política extrainstitucional e política institucionalizada sempre operou no movimento. Apresentaremos no próximo tópico uma análise sobre a relação entre partidos políticos e Movimento Negro, observando as relações de interseccionalidade entre as duas esferas.

2. O Movimento Negro e os Partidos Políticos

O Movimento Negro brasileiro, já em seu período republicano, teve desde o seu início uma forte interlocução com partidos políticos, fato esse que inicia quando a Frente Negra (1934) se torna um partido político. A transformação em partido político simboliza uma mudança importante de repertório de ação para o Movimento Negro. Representava uma tentativa de mudança social através da ação por dentro das estruturas estatais, mesmo que as iniciativas de institucionalização do Movimento Negro não tenham alcançado o seu objetivo. Esse fato representa que, mesmo em 1930, o repertório de ação por via partidária já era presente no Movimento Negro.

Nas fases posteriores, o Movimento Negro manteve como estratégia de ação, agir por dentro de partidos políticos. Na segunda fase apoiou candidaturas negras, ainda que sem sucesso. Pereira (2008) chama a atenção para o fato de que o insucesso das candidaturas negras deve-se também ao boicote que os candidatos negros sofriam dentro dos partidos. Entretanto, a atuação partidária não se tornou um repertório central do movimento. Somente na terceira fase a articulação com partidos foi vista como um dos principais repertórios do movimento, sendo necessária para que as suas lutas viessem a ter sucesso.

O Movimento Negro reiniciado no final de 1970, via a necessidade de unir-se com outros grupos de mobilização social que, como ele, entendia que, para ter quaisquer direitos, antes era necessário o fim da ditadura militar. Nesse sentido, o “I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra” propunha “nossa unificação com todas as entidades, associações, sindicatos, partidos e setores, que incluam essa luta em suas reivindicações”¹⁰ (KOLISSG, 2008, p. 34). Os militantes do Movimento Negro eram incentivados a participarem de grupos em outras organizações sociais, ampliando a luta pela democracia e também iniciando grupos de reivindicação racial nesses locais (KOLISSG, 2008).

Surgem, assim, grupos de discussões e de mobilização negra dentro dos sindicatos e dos partidos que nasciam a partir de 1980. Isso gerou uma dupla influência: enquanto os movimentos inseriam a questão racial dentro dos sindicatos e dos partidos, essas instituições influenciavam ideologicamente o movimento, o trazendo cada vez mais para perto de uma linha política de esquerda.

¹⁰ Panfleto do Grupo Negro da PUC “Iº Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra” In Dossiês 20-C-44 – 17287. DEOPS/SP, DAESP.

O Movimento Negro Unificado (MNU) nasce em 1978 já sob a influência de organizações de esquerda. Como vimos anteriormente, o MNU foi a organização que reiniciou a mobilização racial mais politizada no país. Foi um movimento muito importante para as organizações surgida após a década de 1980, pois deu o tom ideológico que foi seguido por muitas outras organizações, articulando a luta contra as desigualdades raciais com a luta contra as desigualdades de classe (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

A influência das organizações de esquerda se faz tão significativa para o MNU que alguns militantes viam o MNU quase como um seguimento de organizações de esquerda e de sindicatos.

[...] O que ganhou dentro do MNU foi a proposta sindicalista. Tanto que, em uma discussão que eu tive com o pessoal do PT, eu defendia que o MNU era um movimento sindical. De tal forma ele estava vinculado organicamente que os militantes- basicamente de São Paulo e Minas também- eram do movimento sindical. E eles levaram essa visão pra dentro do MNU. (Entrevista Helena Machado apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 167).

A ligação entre o MNU e os partidos se torna ainda mais significativa nos anos 1980 quando alguns militantes do MNU, e de outras entidades negras, ajudam a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT assume uma grande importância tanto para a vida política e partidária do país (já que o partido vem a se tornar um dos maiores e mais importantes partidos brasileiros) quanto para os movimentos, dentre eles o Movimento Negro, pois o partido surge com a proposta de defender as lutas dos movimentos sociais, colocando-se como um porta-voz das mais diversas causas e mobilizações (LEITÃO, 2012).

Alguns militantes do Movimento Negro começam a formar dentro do PT, e de outros partidos, comissões raciais, tendo como intuito criar propostas de políticas públicas específicas para a população negra.

Os negros, nos primórdios da fundação do Partido dos Trabalhadores, se organizavam, no interior, como movimento social encarregado de contribuir com o partido das formulações de políticas de combate à discriminação. Com o tempo, foram sendo criados núcleos, coordenadorias, comissões e secretarias com o objetivo de aglutinarem internamente os negros, para refletir sobre questões específicas e, consequentemente, transmiti-las ao núcleo de poder do partido (ARAÚJO, 2004, p.61).

Militantes do Movimento Negro, ainda no fim da década de 1970 e início da década de 1980, formaram a “Frente Negra de Ação Política de Oposição” (FRENAPO). Essa frente, constituída por um conjunto de parlamentares e ex-parlamentares negros, foi formada com o intuito de inserir nos partidos as pautas do Movimento Negro. A FRENAPO acabou fortalecendo

a relação entre o Movimento Negro e os partidos (LEITÃO, 2012). Santos (2001) coloca que a Frenapo

[...] inovava a atuação política dos negros pelo caráter declaradamente oposicionista de seus membros e pelas pessoas envolvidas que, na sua maioria, haviam tido experiências parlamentares que buscavam a ação do Movimento Negro integrada aos partidos políticos. Não tinham ainda uma política definida ou mesmo uma ideologia, pois no grupo havia comunistas, socialistas, democratas cristãos, que entendiam que o fundamental era articular os interesses ligados à comunidade negra, para encaminhar a demandas aos tomadores de decisões políticas. (SANTOS, 2001, p.89).

Essa frente, apesar de não ter tido uma vida muito longa, representou uma diferença qualitativa na atuação do Movimento Negro. O movimento se organizou a fim de pressionar os partidos a tomarem uma posição sobre as relações raciais, a proporem modificações e políticas voltadas ao povo negro.

Figura 4 - Deputado Estadual Esmeraldo Tarquinio membro fundador da FRENAPPO



Fonte: Prefeitura Municipal de Santos, São Paulo.

A Frente, em 1982, organiza em São Paulo, um encontro com os candidatos à governador do estado, gerando o apoio da comunidade negra ao PMDB, que acaba por vencer as eleições. Esse apoio se tornou moeda de troca, o que possibilitou a inserção de militantes negros no governo de Franco Montoro e, posteriormente, a criação do primeiro Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (1986) (LEITÃO, 2012).

O Movimento Negro na década de 1980 possuía então, dois repertórios de ação em relação aos partidos: a atuação por dentro dos partidos, formando comissões de discussão racial e formulação de propostas de políticas públicas; e a pressão externa, atuando de fora dos partidos, pressionando-os a fim de inserir as suas reivindicações nas propostas eleitorais.

A atuação partidária foi vista pelo Movimento Negro como uma importante estratégia de ação; por outro lado, a relação entre o movimento e os partidos era, de certa forma, ambígua. Ao mesmo tempo em que se compreendia que os partidos eram necessários para as conquistas dos movimentos, eles eram visto, muitas das vezes, como aproveitadores, que se valiam das causas e lutas do movimento com o único fim de angariar votos, dando pouco ou nada de retorno para os movimentos que os apoiaram.

O panfleto “O MNU e o jogo eleitoral de 82” refletia a preocupação do MNU em ter parlamentares negros que representassem os interesses da sua população. Também revelava uma preocupação com as Comissões de Negros: No atual jogo eleitoral, alguns partidos políticos, ao se aperceberem da limitada consciência política e racial a que está submetida a maioria da população negra, tentam utilizá-la, incentivando o surgimento de um “Movimento Negro” segundo a orientação ideológica e política dos próprios partidos. (KOLISSG, 2008, p 42).

O MNU representava bem a ambiguidade desse relacionamento. Ao mesmo tempo em que se utilizava dos partidos como estratégia de ação, o movimento sempre se colocava como apartidário, muitas vezes criticando os partidos e alguns parlamentares negros. (KOLISSG, 2008). Ao tentar aparentar neutralidade político-partidária, o MNU falhava totalmente; grande parte do motivo era a atuação dos seus ativistas dentro das comissões raciais dos partidos, em especial do PT e do PCdoB.

A insistência de levantar uma bandeira de neutralidade partidária, ao mesmo tempo em que se utilizava dos partidos políticos, levou a muitas divergências dentro do movimento negro. Os militantes divergiam sobre as posições políticas e sobre as estratégias de ação que o movimento deveria tomar. Havia militantes que compreendiam que a atuação partidária era fundamental, outros compreendiam que essa estratégia feria os princípios básicos do movimento e diminuía a sua grandeza, colocando-o como um órgão auxiliar dos partidos. Outros reclamavam, não dá utilização dos partidos, mas sim da intersecção com o Partido dos Trabalhadores em detrimento de outros partidos (KOLISSG, 2008).

A questão político partidária foi extremamente importante para o MNU, levando até a Comissão Executiva Nacional, órgão maior do movimento, ter como função dentro do movimento assessorar sobre os assuntos político partidários. A política tornou-se

importante, especialmente pela constatação dos militantes de que o racismo era um fato político. Ao mesmo tempo, notamos que essa era o ponto de fragilidade do MNU em relação à sua unidade, já que diversas tendências político partidárias se faziam presentes, tornando objetivos e estratégias causas de dissenso. [...] Ao avaliar suas atividades até 1981, o MNU de Minas Gerais afirmava que ‘o Movimento Negro Unificado foi balançado por um esvaziamento crescente e também por correntes políticas brigado o tempo todo pela direção do movimento’ (KOLISSG, 2008, p. 47).

Essas divergências políticas dos militantes acarretavam enorme dificuldade para o movimento. O desentendimento promovido pelas diferenças referenciais dos militantes, que, enquanto uns partilhavam de referenciais somente étnicos raciais, outros se guiavam também por um referencial partidário, tinha como consequência dissonâncias e tensões. Esse desentendimento gerava inúmeras situações conflituosas. Os militantes que optavam por atuar dentro do partido e dentro do movimento sofriam inúmeras pressões. Eram pressionados pelos outros militantes que atuavam apenas no movimento, taxados de cooptados e vendidos. Já dentro do partido, eles enfrentavam a luta de manter-se fiel às definições do movimento, além de ter que lutar para inserir as lutas do movimento dentro do partido. Isso fazia com que alguns militantes se retirassem do partido, atuando somente no movimento. Outros, porém, retiravam-se do movimento, pois viam maior chance de mudança social através da sua atuação nos partidos políticos (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

Os militantes que escolhiam permanecer no movimento e no partido eram pressionados a tomar um ‘lado’. Ou representavam o movimento dentro do partido, ou o partido dentro do movimento. Uma vez optando pela primeira opção, eles eram encarregados a levar as demandas dos movimentos para as esferas onde atuavam, levando, antes da bandeira do partido, a bandeira do movimento social.

Sempre fiz política partidária a partir de uma perspectiva do movimento negro. Nunca fiz política no movimento a partir do PT. Tem diferença. Não é à toa que eu tenho companheiro que me apoiam justamente por que eu tenho essa visão. (Entrevista Ivair dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 234)

Em 1982 o PT participou da primeira eleição aqui no estado de São Paulo. O Lula foi candidato a governador. O Miltão foi candidato a deputado federal nessa época, a gente apoiou a sua candidatura. Esse fato também é significativo: foi a primeira vez que a gente participou, de forma organizada, em uma eleição com candidato próprio. Eu lembro dos panfletos da época, que diziam: Milton Barbosa, candidato do movimento negro. (Entrevista Flavio Jorge Rodrigues da Silva apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 215).

As relações político-partidárias possibilitaram ao movimento inserir-se dentro do Estado. Iniciou-se, então, a partir do final da década de 1980, o que se pode chamar de ‘trânsito’ entre as esferas sociais e estatais. Essa relação entre movimento e estrutura estatal é o que abordaremos a seguir.

O Movimento Negro e o Estado

O projeto de institucionalização das lutas do Movimento Negro, que fora almejado desde o seu início em 1930, só alcança o seu objetivo nas décadas de 1990 e 2000. A institucionalização, permitida pelo processo de ‘infiltração’ nas estruturas estatais, fora mediado principalmente pelos partidos políticos. É iniciado um processo de trânsito institucional entre militantes dos movimentos e o Estado.

Durante os anos 1990 é intensificado o trânsito institucional de militantes negros nas estruturas partidárias e de Estado. A década também consolida os alicerces das principais vitórias que serão conquistadas pelo Movimento Negro ao longo dos anos 2000, como a promulgação do estatuto da igualdade racial, as cotas nas universidades e no serviço público, os avanços na demarcação das áreas de quilombo, da saúde da população negra, da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, etc. (LEITÃO, 2012, pg. 128).

A participação do Movimento Negro dentro dos partidos ampliou muito as chances do movimento influenciar as ações governamentais. Os movimentos tinham a oportunidade de utilizar dois repertórios, a ação de planejamento de políticas públicas dentro das comissões específicas do partido, e a participação do governo como gestores de políticas em cargos comissionados ou como governantes eleitos. (ALBERTI; PEREIRA, 2007)

A criação do primeiro órgão governamental de combate ao racismo foi fruto dessa intersecção entre movimentos e partidos políticos. Na gestão de Franco Montoro como governador do estado de São Paulo, o Movimento Negro, por ter apoiado a candidatura de Montoro, pressionou o partido a ceder um espaço de governo a representantes do Movimento Negro. Assim, entram no governo do estado dois militantes do Movimento Negro: Ivair Alves dos Santos e Hélio Santos. A inclusão desses militantes no âmbito institucional ocasionou a criação do primeiro Conselho de Participação da Comunidade Negra (CPDCN). Nas palavras de Ivair Alves dos Santos:

Logo no início do governo havia uma grande insatisfação, por que não havia participação efetiva do negro dentro do governo, muito pouca gente havia conseguido ser nomeada no governo. Mas duas pessoas estavam no palácio: eu, que trabalhava com assuntos políticos, e o Hélio Santos, que trabalhava no cerimonial do Montoro. Mas eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um conselho, o conselho da Condição Feminina. E a partir dessa experiência eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, ao chefe de gabinete, Carlos Figueiredo: ‘Por que não criar um conselho do negro?’. Ele achou interessante a ideia e me deu sinal verde. (Entrevista Ivair Alves dos Santos *apud* ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 215).

Os partidos de oposição à ditadura (PT, PMDB, PCdoB) se tornaram um caminho utilizado pelos militantes para se inserir dentro do governo. Entretanto, essa inserção não foi vista com bons olhos por uma parte dos militantes do Movimento Negro. Da mesma forma que a atuação dos militantes por dentro dos partidos políticos era vista com desconfiança, a ação dos militantes por dentro das estruturas estatais era causa de conflito e dissenso dentro do movimento.

Mas entre a decisão de criar o conselho e ele de fato ser criado, isso compreendeu um processo, por que as pessoas viam a criação de um órgão de governo do negro como um órgão que ia contribuir com o racismo. Naquela época ainda era vigente a lei Afonso Arinos. Então, a tarefa toda era convencer os outros que aquele órgão ia fazer política para combater o racismo. E, como vivíamos no Palácio, a gente aprendeu logo uma coisa: que era importante pautar as ações do movimento dentro da agenda governamental, da agenda política do país. Começamos a trabalhar com esse olhar. [...] Mas o conselho, veja só, não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma FUNAI, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. E naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza de que era mais um arena política em que a gente estava trabalhando. Mas isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali. (Entrevista Ivair Alves dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 216-217).

É interessante observar que o Movimento Negro teve sempre uma postura ambígua quanto à institucionalização das suas causas. Os militantes que atuavam por dentro da estrutura do Estado sofriam inúmeras pressões. Eram pressionados por uma parte do Movimento Negro que tratava a institucionalização e a cooptação como sinônimos, eram pressionados pelos partidos, que queriam resultados para si mesmos. Além disso, precisavam desbravar a máquina do Estado, vencendo também o racismo institucional que opera no sistema governamental. (ALBERTI; PEREIRA, 2007)

A entrada de militantes no governo, por outro lado, possibilitou conquistas históricas, como, por exemplo, a inclusão da criminalização do racismo e a demarcação dos territórios quilombolas na Constituição de 1988. Os vínculos partidários e o conhecimento da máquina pública, já adquiridos pelos militantes, foram fundamentais para a incorporação dessas demandas na construção da nova Constituição.

Por conta das eleições para a constituinte e do processo de vários segmentos que estavam se preparando para influenciar na feitura da constituição, nós organizamos em Brasília, em 1986, o encontro Nacional 'O negro e a constituição', do qual eu fui coordenador. Na verdade, alguns militantes, alguns protagonistas foram mais importantes. O Hélio Santos teve um papel especialmente, por que naquele mesmo ano o Montoro o havia indicado para compor aquela comissão dos notáveis, a Comissão Arinos, que o Sarney nomeou para elaborar um projeto de Constituição. Então o Hélio se empenhou em

chamar a atenção da militância para a importância de ter uma participação mais organizada. (Entrevista Hédio Silva Júnior apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p.250).

A intersecção entre movimento e Estado somente aumentou nas duas décadas seguintes. Na década de 1990, a participação de ativistas do Movimento Negro nos partidos políticos trouxe como consequência uma grande leva de ativistas para dentro da institucionalidade. Eles passaram a atuar em prefeituras, conselhos, assessorias, etc., transformando as suas experiências nas questões raciais, adquiridas através da sua militância no movimento, como expertise técnica para trabalhar essas questões dentro do Estado (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

A intersecção entre movimento e Estado gerou consequências: os militantes, agora servidores, tinham como função dentro do movimento, traduzir as demandas na linguagem burocrática. Eles também operavam como agentes *insider* que identificavam os melhores caminhos e oportunidades para o movimento; sabiam quando as portas institucionais estavam abertas à ação dos movimentos e quando estavam fechadas, orientando-os quanto aos melhores repertórios de ação em cada momento político (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

Entretanto, as diferentes percepções sobre a militância e a ação institucional tomavam forma. Enquanto alguns militantes defendiam que a sua atuação dentro do Estado deveria ser como funcionário prestador de serviço público, outros compreendiam o espaço governamental como espaço de militância política, não diferenciando a esfera de militância social da institucionalidade (SANTOS, 2001).

O conflito, então, se dava em todas as esferas: no movimento, nos partidos, e também com a própria institucionalidade. Eles eram obrigados a lidar com as diferenças das organizações, diferenças ideológicas, táticas e burocráticas de cada esfera.

Mesmo com o grande processo de institucionalização ocorrido dentro do Movimento Negro, o movimento, durante a década de 1990, não abandonou o repertório extrainstitucional. Em 1995, no tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, o movimento organizou um grande ato na frente do Palácio do Planalto. ‘A grande marcha pelos trezentos anos da morte de Zumbi’ foi organizada por militantes do Brasil inteiro. Esse processo de mobilização incluiu militantes de inúmeras organizações e instituições, ONGs, militantes que atuavam dentro dos partidos, militantes do movimento, militantes/gestores, etc. No final da mobilização entregaram ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso um documento exigindo a criação de políticas específicas para a população negra.

Figura 5 - Marcha Zumbi dos Palmares (1995).



Fonte: Leitão (2012).

A presidência cria, então, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTIMVPN), também conhecido como GTI. Esse grupo tinha como função promover a discussão por políticas específicas do povo negro; era um espaço de participação e formulação de políticas públicas.

Ivair dos Santos, que participava do governo de Fernando Henrique, relata que o GTI foi uma reprodução e ampliação do que já se fazia no Conselho de Desenvolvimento Negro no estado de São Paulo. Ele também faz uma leitura diferente sobre a criação do GTI. Ele entende que não foi por causa da marcha que se criou o Grupo, mas que já havia dentro do governo uma ação dos militantes que ali atuavam e que estavam a construir esse espaço dentro do governo federal. Quando a marcha aconteceu o projeto já estava pronto para ser executado.

O GTI, como disse, foi praticamente uma reprodução em larga escala do que a gente fez: era abrir espaço, etc. e tal. Mas, na verdade, o que nos norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que racismo era uma coisa de política pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Sempre foi essa a nossa pauta. E o governo trabalhava num ritmo. Quando a marcha chegou aqui deu a impressão que a marcha é que criou o GTI. Mas, na verdade, o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade civil. O governo fez e apresentou. (Entrevista Ivair Alves dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 355).

Apesar de não podermos dizer, com certeza, quem ou o que produziu a construção do GTI, podemos observar que foram utilizados dois repertórios distintos pelo movimento que ENTRE COOPERAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONFRONTO: o caso do movimento negro 79 brasileiro | Sara Talice Santos Bastos

possibilitaram a entrada do tema na agenda pública. Nesse caso, as ações institucionais e extrainstitucional acontecem em simultâneo de maneira não coordenada. Havia diversos atores trabalhando em diferentes esferas de maneira não articulada, mas, com o mesmo fim, esses atores propuseram repertórios distintos que, articulados, colaboraram para que o objetivo fosse alcançado. Esse dado vai ao encontro do que foi colocado por Silva (2014), e Abers e Bullock (2011), sobre a necessidade de questionar a ideia de que o movimento seria um ator unificado e homogêneo que atuaria coordenadamente. Na visão desses autores, seria preciso pensar o movimento como um ator heterogêneo, ou uma rede de atores constituída por múltiplos agentes que atuariam em diferentes frentes, partilhando de uma mesma identidade e trabalhando para um mesmo objetivo.

A criação do GTI é um exemplo da ação do Movimento Negro após a redemocratização. Com a abertura de diversos espaços de atuação para o movimento os militantes, não necessariamente em contato, mas com o mesmo objetivo, atuaram em diferentes frentes a fim de implementar um projeto de ação dentro do Estado. Esses militantes, partilhando dos mesmos objetivos e de uma mesma identidade (a de militante da causa negra), mas com visões divergentes sobre as melhores formas de se chegar ao objetivo, traçaram caminhos diferentes, mas que convergem para o mesmo fim.

Na década posterior há um trânsito ainda maior de militantes do Movimento Negro no Estado. O motivo foi o início do primeiro governo petista em nível federal. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR), assinada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, foi, desde o seu planejamento até a sua implementação, fruto da ação do Movimento Negro por dentro do Partido dos Trabalhadores.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) modificou a estrutura de oportunidades políticas dos movimentos sociais (OLIVEIRA; SILVA, 2011). Impulsionando ainda mais o processo de ‘infiltração’ dentro do Estado. Além disso, os espaços participativos, como Conferências e Conselhos, foram também rearticulados, possibilitando a inclusão dentro do Estado também como sociedade civil.

As últimas três décadas houve então um fortalecimento da relação entre o movimento negro e o Estado. Processos como atuação dos ativistas dentro do governo, possibilitado principalmente pelos partidos, e o relativo aumento dos canais de participação institucional foram os principais responsáveis por esse fenômeno.

Considerações Finais

É interessante apresentarmos aqui uma breve reflexão sobre as estratégias de ação do Movimento Negro nas três fases que apresentamos nesse tópico.

Um fato que merece a nossa atenção é a interação do Movimento Negro com os partidos. Desde a década de 1930 há um interesse de setores do movimento na institucionalização das suas lutas. Na primeira fase a Frente Negra torna-se um partido, na segunda fase o TEN apoia e até lança candidaturas, buscando ter os seus próprios representantes nos lugares de tomada de decisão. Na terceira fase o movimento nasce, de certa maneira, já interligado com os partidos, sindicatos e organizações de esquerda, com militantes que transitam entre essas múltiplas esferas.

Nas duas primeiras fases, entretanto, as tentativas de institucionalização do movimento não alcançam o objetivo. O movimento fica relegado à externalidade em relação ao Estado, não conseguindo ocupar os espaços de poder de maneira satisfatória. Somente na terceira fase as tentativas de institucionalização do movimento surtem efeito e o movimento passa a atuar dentro e fora das esferas de poder político.

Quanto aos repertórios, vimos que, ao mesmo tempo em que avista a oportunidade de institucionalização e utiliza-se dessa estratégia, o movimento não abandona, em nenhuma das três fases, o repertório de confronto. Os jornais, manifestações de rua, propostas de projetos de leis, reuniões com governantes, foram estratégias utilizadas em todas as fases do movimento, incluindo a terceira, quando a institucionalização já havia se iniciado.

O Movimento Negro utilizou mais de um tipo de repertório de ação desde o seu início, atuando tanto pela via partidária, na tentativa de se inserir no Estado, ainda que sem sucesso nas duas primeiras fases, quanto pelas vias externas, pressionando os governos de fora, a fim de que as reivindicações do movimento fossem atendidas.

Mesmo na década de 1980, com um processo de institucionalização crescente no Movimento Negro, a entrada de militantes negros nos partidos e no Estado não foi unânime nem pacífica. Conflitos, denúncias, acusações de cooptação, entre outras, acompanharam o processo de institucionalização das causas negras. A filiação de militantes e, posteriormente, o trânsito desses para dentro do Estado, causava inúmeros conflitos dentro do movimento que, a todo o momento, necessitava se reafirmar autônomo e apartidário.

Os militantes divergiam sobre qual era a melhor estratégia de ação para o Movimento Negro. Surgem, a partir daí, inúmeras trajetórias distintas, militantes que optavam por agir por ENTRE COOPERAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONFRONTO: o caso do movimento negro 81 brasileiro | Sara Talice Santos Bastos

dentro do Estado, outros por dentro do partido, outros somente no movimento, outros em ambas as esferas.

O uso dessas diferentes estratégias possibilitou ao movimento negro avanços como, por exemplo, a criação de espaços institucionais de participação e formulação de políticas públicas direcionados para a população negra, por exemplo, os conselhos municipais, estaduais e nacional de Políticas para População Negra. Possibilitou também a entrada da temática negra nos partidos de centro esquerda e de esquerda, o que garantiu, com a chegada desses partidos no poder, o olhar governamental sobre as demandas do mesmo. A lei 10.639 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo da rede de ensino nacional; as políticas de saúde para a população negra e as ações afirmativas nas universidades federais que dispõe sobre reservas de vagas para alunos negros estudantes de escola públicas são exemplos da ação do movimento negro articulando repertórios extrainstitucionais e institucionais.

Referências Bibliográficas

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?. *Sociologias*, 13 (28), p.52–84, 2011.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

ARAÚJO, A. F. *Participação política e o poder dos negros no Partidos dos Trabalhadores*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3. Edição. São Paulo: Annablume. 2008.

CORTES, S. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. *Educar em Revista*, Curitiba, Vol. 25, pg. 143-174. 2005.

FALLETI, T. G. Infiltrando o Estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil- 1964-1988. *Estudos Sociológicos*, Araraquara, vol. 15, 2010.

IANNI (et. al.), Octávio. *O negro e o socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (Coleção Socialismo em Discussão). 2005.

KOSSLING. K. *Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983*. Perseu. N^a 2, ano 2. pp. 29-57. 2008.

LEITÃO, L. *Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 2012.

_____; SILVA, M. Institucionalização e Contestação: As Lutas Do Movimento Negro No Brasil (1970-1990). *Revista Sociedade & Estado*. No prelo.

MOURA, Carlos Alves & BARRETO, Jônatas Nunes (orgs.). *A Fundação Cultural Palmares na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2002.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio*. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. A encruzilhada dos orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro. Maceió: EDUFAL, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude*. Usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O negro revoltado*. 2. Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1982.

OLIVEIRA, G. L. *Permeabilidade e transito institucional: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes- gestores nas -políticas de economia solidárias no Rio Grande do Sul- os casos de Porto Alegre (1996- 2004) e do Governo Estadual (1999- 2002)*. Dissertação de Mestrado. 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre.

PEREIRA, A. M. *Trajetória e Perspectiva do movimento negro brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyia, 2008.

RIOS, F. *Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo (USP). 2008.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena*. Experiências e Lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo. 2 ed. Paz e Terra, 1995.

SANTOS, I. A. A. *O movimento negro e o Estado: o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987)*. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

SILVA, M. K. *Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado*. No prelo.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

BASTOS, Sara Talice Santos. Entre cooperação, institucionalização e confronto: o caso do movimento negro brasileiro. *Revista Café com Sociologia*. v.6, n.3, p. 61-84, 2017.

Recebido em: 17 de dez. 2017

Aceito em: 09 de mar. 2017